

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 519.392 - DF (2019/0191696-6)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**ADVOGADOS : ESEQUIEL SANTOS MOREIRA - DF007920**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS**  
**PACIENTE : ROGERIO DE SOUZA PIRES FRANCISCO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, sem pedido liminar, impetrado em favor de **ROGERIO DE SOUZA PIRES FRANCISCO**, em face de v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** nos autos da **Apelação n. 0000780-33.2017.8.07.0014**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, II, do Código Penal, e do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (por duas vezes), por sentença proferida em 18/12/2018 (fls. 12-21).

Inconformada, a Defesa apelou objetivando, entre outros pedidos, a absolvição quanto a um dos delitos de corrupção de menores, tendo o recurso sido desprovido, mantendo-se a condenação tal como estabelecida na exordial condenatória. Eis a ementa do v. acórdão, **in verbis** (fls. 22-23):

**"PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO ESPECIALMENTE AGRAVADO PELO CONCURSO DE PESSOAS. CORRUPÇÃO DE MENORES. DOCUMENTO HÁBIL A COMPROVAR A MENORIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE COMPROVADAS. CONCURSO FORMAL QUANTUM DE EXASPERAÇÃO. PENA DE MULTA. ISENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.**

**1. Diferente do que alegou a Defesa, suficientemente comprovada a menoridade dos adolescentes pela identificação civil, ocorrência policial e termo de declarações, sendo certo que**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*certidão de nascimento não constitui único documento hábil a demonstrar tal situação, não havendo que se falar em violação da Súmula 74 do STJ.*

*2. Sendo mais favorável a regra do concurso formal próprio (art. 70, primeira parte do CPB) e em atenção ao posicionamento da doutrina e da jurisprudência, adequada a majoração da maior pena em 1/5 (um quinto), considerando que foram cometidos três crimes.*

*3. Multa é sanção de caráter penal, e eventual isenção violaria o princípio constitucional da legalidade, uma vez que prevista cumulativamente no preceito secundário do art. 157 do Código Penal. Eventual comprovação de pobreza do condenado conduz a base mínima de cálculo, não a isenção. 2.1. Destaca-se, entretanto, que, após o trânsito em julgado da condenação, comprovada a situação de pobreza, o condenado poderá requerer ao juízo da execução, dentro do prazo de 10 (dez) dias para o pagamento, o parcelamento do valor da multa em prestações mensais, iguais e sucessivas, o que poder-lhe-á ser deferido a depender das circunstâncias - art. 50, CPB e art. 169, §§, LEP.*

*4. Recurso conhecido e desprovido."*

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a impetrante sustenta que não haveria nos autos documentação hábil a comprovar a menoridade de um dos adolescentes envolvidos nos delitos.

Alega que "a Súmula n.º 74 do Superior Tribunal de Justiça prevê que 'Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil', o que até o momento não ocorreu, devendo surtir efeitos processuais consequentes" (fls. 5-6).

Aduz que "o Código de Processo Penal prevê no parágrafo único de seu artigo 155 que 'somente quanto aos estados das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil', ou seja, em caso de menoridade, situação albergada pela previsão legal em questão, há necessidade de juntada de documentação que comprove o estado deste como menor de idade" (fl. 6).

Requer, ao final, a concessão da ordem para absolver o paciente do crime previsto no artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente com relação a um dos jovens.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sem pedido liminar.

As informações solicitadas foram acostadas às fls. 47-82.

O Ministério Público Federal, às fls. 88-91, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, nos termos do parecer a seguir ementado:

*"HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO MAJORADO. CORRUPÇÃO DE MENORES. CONCURSO MATERIAL ENTRE OS DELITOS. ABSOLVIÇÃO. AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO."*

**É o relatório.**

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para a proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Desta forma, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Pretende a impetrante a absolvição do paciente quanto ao crime de corrupção de menores sob o argumento de que não haveria nos autos

# *Superior Tribunal de Justiça*

documentação hábil a comprovar a menoridade de um dos adolescentes, considerando imprescindível, para tal desiderato, a apresentação do documento de identidade, nos termos do parágrafo único do artigo 155 do Código de Processo Penal.

## **Razão não assiste à impetrante.**

Quanto ao tema em debate, esta Corte Superior de Justiça tem reiteradamente decidido que o documento de identidade ou a certidão de nascimento não são os únicos documentos válidos para fins de comprovação da menoridade do adolescente, sendo aptos a demonstrá-la outros documentos dotados de fé pública, como a declaração firmada por agente público atestando a idade do inimputável.

A propósito:

*"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ESPECIAL CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. RESPEITO AO SISTEMA RECURSAL PREVISTO NA CARTA MAGNA. NÃO CONHECIMENTO.*

*A via eleita revela-se inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento. Precedentes.*

*CORRUPÇÃO DE MENORES. COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE. TERMO DE QUALIFICAÇÃO COM INDICAÇÃO DA IDADE E NÚMERO DA IDENTIFICAÇÃO CIVIL DO ADOLESCENTE. DOCUMENTO IDÔNEO. CERTIDÃO DE NASCIMENTO. PRESCINDIBILIDADE. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE.*

*1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça se firmou no sentido de que a comprovação do delito de corrupção de menores pode se dar por qualquer documento idôneo, sendo prescindível para tal fim a certidão de nascimento. Precedentes.*

*2. O termo de qualificação expedido pela autoridade policial atestando a menoridade do agente, inclusive apontando o número de seu registro civil, é suficiente para a comprovação da corrupção de menores.*

*3. Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 345.518/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de*

4/5/2017)

*"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO DE MENORES. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. COMPROVAÇÃO DE IDADE DA VÍTIMA. DOCUMENTOS APTOS. PRECEDENTES. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. PONTO DO DECISUM SEM IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA.*

*1. Esta Corte Superior tem reiteradamente decidido que a certidão de nascimento não é o único documento válido para fins de comprovação da menoridade, sendo apto a demonstrá-la o documento firmado por agente público atestando a idade do inimputável, como a declaração perante a autoridade policial. Precedentes.*

*2. Na espécie, as provas colhidas no curso da instrução criminal comprovam a menoridade dos adolescentes, notadamente, por meio do Boletim de Ocorrência.*

*3. Infirmar a conclusão a que chegou a instância ordinária demandaria o reexame do conjunto fático-probatório da ação penal, providência que não se coaduna com a via eleita. A falta de impugnação específica desse fundamento utilizado na decisão ora agravada atrai a incidência do enunciado da Súmula 182/STJ.*

*4. Agravo regimental não conhecido" (AgRg no HC n. 387.987/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe de 23/3/2017).*

No mesmo sentido decide o colendo Supremo Tribunal Federal:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES DE ROUBO QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. ARTIGOS 157, § 2º, II, DO CÓDIGO PENAL E 244-B DA LEI Nº 8.069/90. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR HABEAS CORPUS: CF, ART. 102, I, d E i. ROL TAXATIVO. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU FLAGRANTE ILEGALIDADE. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO QUANTO AO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENOR. PRESCINDIBILIDADE DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CARTEIRA DE IDENTIDADE PARA A COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE. PRECEDENTES. ORDEM DE HABEAS CORPUS EXTINTA. 1. A menoridade para fins de tipificação do crime previsto no artigo 244-B da Lei nº 8.069/90 pode ser comprovada por outros meios*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*idôneos, não se exigindo seja realizada somente por certidão de nascimento ou carteira de identidade. Precedentes: HC 92.014, Rel. Min. Menezes de Direito, Primeira Turma, DJe 21/11/2008, e HC 121.709, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 12/06/2014. 2. In casu, o paciente foi condenado pela prática dos crimes de roubo qualificado (art. 157, § 2º, II, do Código Penal) e corrupção de menores (art. 244-B da Lei nº 8.069/90), sendo que a menoridade do comparsa restou comprovada através de atestado de antecedentes criminais e do boletim de ocorrência. 3. A competência originária do Supremo Tribunal Federal para conhecer e julgar habeas corpus está definida, taxativamente, no artigo 102, inciso I, alíneas “d” e “i”, da Constituição Federal, sendo certo que a presente impetração não está arrolada em nenhuma das hipóteses sujeitas à jurisdição desta Corte. 4. Inexiste, no caso, excepcionalidade que justifique a concessão, ex officio, da ordem. 5. Habeas Corpus extinto” (HC n. 124.132/, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, de 17/11/2014).*

No caso dos autos, o eg. Tribunal de origem assinalou que havia elementos suficientes a comprovar a menoridade dos adolescentes, consubstanciados na identificação civil, no boletim de ocorrência policial e no termo de declaração consignado pelos jovens. No ponto, transcrevo trecho do v. acórdão impugnado, **in verbis** (fls. 27-34 - grifei):

*"Conheço do recurso, uma vez que presentes os pressupostos de admissibilidade.*

*A materialidade e autoria dos crimes de roubo e corrupção de menores (duas vezes) restaram demonstradas, como se verifica da prova oral colhida e dos seguintes documentos:*

*1. Portaria de Instauração de Inquérito Policial (fls. 2-D/4), indiciado de plano o apelante;*

*2. Relatório Policial (fls. 5/16) detalhando o modus operandi, a qualificação da vítima e dos autores do roubo, anotado o número da identidade dos menores V. P. S. (nascido em 27/11/1997, RG 3606510 SSP/DF, fl. 9) e W. O. L. (nascido em 21/8/1998, RG 3757118 SSP/DF, fl. 9);*

*3. Ocorrência Policial registrada na 4ª DP, relativa ao fato em discussão (fls. 17/19);*

*4. Ocorrência Policial registrada na 11ª DP relativa à localização do veículo GM/Prisma OVM8402/DF, ostentando as placas OZW2896/DF, em um matagal no Park Way, ocorrida em 30/4/2016 (dois dias depois dos fatos, fls. 20/21);*

*5. Laudo de Perícia Papiloscópica, concluindo que fragmento de impressão digital encontrado na face interna da coluna da porta posterior*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*direita do veículo acima descrito pertence ao menor V. P. S (fls. 22/26);*

*6. Auto de Reconhecimento de Pessoa por Fotografia (17/1/2017, cerca de oito meses após os fatos), em que a vítima Gilvan Dimas descreveu um dos autores do roubo como sendo "pardo, rosto fino, corpo magro, altura entre 1,80m e 1,90m, trajava casaco verde", reconhecendo com absoluta certeza o apelante como sendo o indivíduo que portava uma faca e anunciou o assalto (fls. 29/32);*

*7. Auto de Reconhecimento de Pessoa por Fotografia (17/1/2017, cerca de oito meses após os fatos), em que a vítima Gilvan Dimas reconheceu o adolescente W. O. L. como um dos autores do roubo, que possui "uma tatuagem no braço direito" (fls. 33/36), informação que corresponde à imagem do relatório policial de fl. 14;*

*8. Termo de Declaração do adolescente V. P. S., em que confirma estar na companhia do apelante e do adolescente W. O. L. no momento do roubo (fl. 37);*

*9. Auto de Qualificação e Interrogatório do apelante, que confirma ter cometido o roubo na companhia de V. P. S. e W. O. L. (fls. 38/39);*

*10. Relatório Final (fls. 45/47);*

*11. Cópia do PAAI 2017.01.3.003767-0, instaurado para apuração da participação dos menores V. P. S. e W. O. L. (fls. 99/179v).*

*Ao comparecer à Delegacia em 17/6/2016 (cerca de um mês e meio após os fatos), a vítima Gilvan Dimas assim descreveu o ocorrido:*

*(...)*

*Em juízo, fez uso de seu direito ao silêncio (mídia de fl. 188). Demonstradas a materialidade e a autoria à saciedade, **não assiste razão à Defesa quanto ao pedido de absolvição do crime de corrupção de menor em relação a W. O. L. por inexistência de comprovação da menoridade.***

***Como já mencionado, na Identificação Civil de fl. 9, na Ocorrência Policial de fl. 18, e no Termo de Declaração de fls. 153v/154 constam a qualificação completa de W. O. L., nascido em 21/8/1998, dezessete anos na data do fato (28/4/2016) - RG 3757118 SSP/DF.***

*Há também a comprovação da menoridade de V. P. S., nascido em 27/11/1999 (16 anos na data do fato), RG 3606510 SSP/DF (Identificação Civil de fl. 6, Ocorrência Policial de fl. 17, Prontuário Civil de fl. 26 e Termo de Declaração de fl. 37).*

***Diferente do que alegou a Defesa, suficientemente comprovada a menoridade dos adolescentes, sendo certo que certidão de nascimento não constitui único documento hábil a demonstrar tal situação, não havendo que se falar em violação da Súmula 74 do STJ.***

*Restando provada a prática do roubo na companhia de dois menores, consumado está o crime descrito no art. 244-B da Lei 8.069/90, prescindindo de prova da efetiva corrupção dos infantes, uma vez que se trata de delito formal nos termos da Súmula 500 do STJ.*

*(...)*

*Pelo exposto, mantenho a condenação do apelante como incurso*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*nas sanções dos arts. 157, § 2º, II do Código Penal e 244-B da Lei 8.069/90 (por duas vezes) c/c art. 70 do Código Penal."*

Tais documentos, por serem dotados de fé pública, são considerados hábeis a atestar a menoridade do adolescente, não havendo que se falar em absolvição do paciente quanto ao crime previsto no artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Não há, portanto, flagrante ilegalidade a coartar.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator